



2019

latino·  
adapta·

Fortaleciendo vínculos entre la ciencia y gobiernos para el desarrollo de políticas públicas en América Latina.

POLICY BRIEF

## ATRIBUTOS ESSENCIAIS DOS PROJETOS DE ADAPTAÇÃO

Florencia Yáñez

PONTOS DESTACADOS

Os projetos de adaptação —entendidos como um conjunto de atividades que abordam os impactos adversos gerados pelos riscos das mudanças climáticas, com o fim de produzir resultados tangíveis e visíveis que reduzam a vulnerabilidade e aumentem a capacidade de adaptação dos seres humanos e dos sistemas naturais— possuem uma série de atributos gerais, dentre os quais se destacam cinco estratégicos, cuja abordagem potencializa tanto as possibilidades de acesso a fundos multilaterais quanto o sucesso em termos de resultados de adaptação. Além de se integrarem à realidade local, garantem uma política climática coerente, sistêmica e integral. Esses atributos são: avaliação consistente de ameaças, riscos e impactos climáticos; interdependências e efeitos cascata; métricas da adaptação; relação sistêmica entre medidas de mitigação e adaptação; gênero, povos indígenas e mudanças climáticas.

### Resumo executivo

A América Latina e o Caribe constituem uma região altamente heterogênea, com grande desigualdade social e diversidade geográfica, econômica e ambiental, portanto muito sensível às ameaças climáticas atuais e projetadas. Nesse contexto, é crucial considerar, desde o início dos projetos de adaptação, a abordagem de atributos que potencializem as oportunidades de obter financiamento e sucesso nos resultados de adaptação às mudanças climáticas.

Nesse âmbito, surge o desafio de encontrar uma lógica de adaptação (*rationale*) que contemple uma base de informações consistente e confiável e que permita o desenvolvimento de uma visão integral dos impactos adversos das mudanças climáticas que o projeto procura abordar, e que, por fim, permita uma avaliação qualitativa e quantitativa dos resultados esperados do projeto.

Este *policy brief* enfatiza cinco atributos considerados estratégicos: avaliação consistente de ameaças, riscos e impactos climáticos; interdependências e efeitos cascata; métricas de adaptação; relação sistêmica entre medidas de mitigação e adaptação; abordagem de gênero e povos indígenas. Por fim, é essencial considerar a coerência do projeto na realidade local/regional para garantir uma política climática integral.

### Executive summary

Latin America and the Caribbean are a highly heterogeneous region, with great social inequality and geographic, economic and environmental diversity, and therefore are very sensitive to current and forecasted climate hazards.

Given this scenario, it is key to consider addressing attributes that boost opportunities to achieve funding and success in climate change adaptation from the outset of the adaptation projects. In this context, the challenge is identifying an adaptation rationale which includes a robust and reliable source of information, that enables a comprehensive perspective about the negative impacts of climate change that the project aims to address, and eventually, allows for a qualitative and quantitative assessment of the project's expected results.

This policy brief focuses specifically on five strategic attributes: robust assessment of climate hazards, risks and impacts; interdependencies and cascade effects; adaptation metrics; systemic relationship between mitigation and adaptation measures; gender, indigenous peoples approach. It is crucial to consider the coherence of the project within the framework of the local/regional reality in order to ensure a comprehensive climate policy.

## Contexto climático na América Latina e no Caribe

A América Latina e o Caribe<sup>1</sup> registram aumentos significativos na temperatura e no nível do mar; grandes reduções de glaciares; aumentos e diminuições das chuvas e incremento na ocorrência e na intensidade de eventos climáticos extremos (1). Consequentemente, ao constituir uma região altamente heterogênea, com grande desigualdade social e diversidade geográfica, econômica e ambiental, torna-se muito sensível às mudanças climáticas (2). Em referência aos impactos climáticos para 2050, as projeções incluem: intensificação da redução de glaciares, redução do rendimento de culturas básicas, aumento de inundações e secas, bem como aumento e intensificação de eventos extremos, entre ou outros fenômenos (2).

Portanto, embora se reconheça que a ALC sofrerá impactos graves e múltiplos, da análise do financiamento dos projetos climáticos na Região, deduz-se que para a adaptação não é suficiente o obtido a partir de fundos multilaterais para o clima. No período 2003-2017, os fundos recebidos para os projetos de mitigação foram seis vezes maiores do que os dos projetos de adaptação, isto é: US\$ 2,5 bilhões e US\$ 400 milhões, respectivamente. Em relação às fontes, 78% do financiamento para a Região veio de quatro fundos públicos multilaterais<sup>2</sup>: Fundo de Tecnologia Limpa (CTL, sigla em inglês<sup>3</sup>); Fundo da Amazônia; Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, sigla em inglês); e Fundo Verde do Clima (CVF, sigla em inglês). No entanto, apenas 13% do referido financiamento<sup>4</sup> foi destinado a projetos de adaptação e 3% para projetos com abordagens múltiplas (3). Cabe destacar também que o financiamento não é homogêneo, uma vez que se concentra principalmente em projetos no Brasil e no México, os quais recebem metade dos fundos da Região (3).

Outro aspecto relevante a considerar, que se soma à análise dos impactos climáticos projetados na ALC, é o valor agregado anual dos prejuízos econômicos previstos, que, como consequência desses impactos, aumentará até atingir entre US\$ 85 bilhões e US\$ 110 bilhões em 2050, em comparação com o PIB da Região, de cerca de US\$ 4,6 bilhões em 2010 (4).

Tudo isso expõe os importantes desafios da ALC para enfrentar as ameaças das mudanças climáticas em um contexto em que a prioridade da Região é se desenvolver de maneira sustentável. Para isso, serão necessárias mudanças na abordagem das necessidades oriundas de ameaças físicas climáticas e daquelas que surgirem para lidar de maneira integral com esse fenômeno. Isso implica abordar as limitações institucionais, financeiras e relacionadas à obtenção e ao processamento de informações confiáveis e consistentes, com o objetivo de alcançar a integração de estratégias climáticas e políticas de desenvolvimento (1). Portanto, ao desenvolver um projeto de adaptação, é necessário usar uma abordagem multidimensional, baseada nos cobenefícios dessa integração, para, assim, gerar incentivos, em diferentes escalas temporais e espaciais, que potencializem os esforços realizados em questões climáticas —tanto de mitigação quanto de adaptação— e em desenvolvimento em geral, e que levem em consideração o impacto das medidas climáticas em outras áreas (saúde, ecossistemas, infraestrutura etc.) e se apropriem dos benefícios resultantes da referida integração (5). Ainda mais tendo em vista as limitações e necessidades da ALC, em que populações altamente vulneráveis colocam em risco sua oportunidade de trilhar um caminho para o desenvolvimento sustentável. As questões de gênero e dos indígenas merecem atenção especial. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês) tem sido enfático: “As mudanças climáticas terão um impacto diferente nas distintas regiões do mundo, gerações, faixas etárias, grupos socioeconômicos e gêneros” (6). Perspectivas, respostas e impactos relacionados a fenômenos ambientais extremos são percebidos de maneira diferente entre homens, mulheres (7) e povos indígenas, uma vez que possuem responsabilidades sociais distintas, vulnerabilidades e capacidades diferentes para enfrentar mudanças e ajustes.

<sup>1</sup> Doravante, essa região será referida mediante a sigla ALC. / <sup>2</sup> Com exceção do Caribe. / <sup>3</sup> Administrado pelo Banco Mundial. / <sup>4</sup> Com exceção do Caribe.

## Atributos dos projetos de adaptação

Os projetos sobre mudanças climáticas devem demonstrar sua contribuição climática no contexto social, econômico, ambiental e institucional local e / ou regional (8-10). Eles devem estabelecer os objetivos, ações e competências para sua implementação e orçamento. Da mesma forma, deve ser contemplado um cronograma de execução, monitoramento, acompanhamento e avaliação, que permita avaliar o impacto resultante de sua implementação. Fica claro, também, que é necessário estabelecer a governança do projeto, que contemple a articulação com todos os principais atores, seu vínculo com as repartições governamentais (11), de forma a garantir eficiência na gestão e no resultado do projeto.

Especificamente, o Fundo de Adaptação descreve como um projeto de adaptação o conjunto de atividades que abordam os impactos adversos gerados pelos riscos das mudanças climáticas. Essas atividades buscam produzir resultados tangíveis e visíveis ao reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de adaptação dos seres humanos e dos sistemas naturais, como resposta aos impactos das mudanças climáticas (12). Espera-se que um projeto de adaptação forneça informações específicas sobre o impacto e que as ações propostas enfrentem os riscos identificados com base em informações precisas e confiáveis (13).

Para tanto, devem ser consideradas não apenas as prioridades locais e regionais onde o projeto será desenvolvido, mas também as condições físicas ligadas às mudanças climáticas que deem conta da importância da implementação do projeto:

- ✓ Clima observado, atual e futuro
- ✓ Ameaças climáticas
- ✓ Impactos climáticos, considerando as interdependências entre sistemas, vulnerabilidades e riscos
- ✓ Benefícios / cobenefícios resultantes de sua implementação
- ✓ Contexto e dados econômicos, sociais e ambientais

Dentro de cada um dos atributos acima mencionados, deverão ser incorporados vários aspectos que os projetos de adaptação, no momento atual, dificilmente contemplam e que ajudarão a garantir o escopo de um projeto de adaptação, além de demonstrar os pontos adicionais exigidos pelas fontes multilaterais de financiamento. De acordo com um documento recente do Fundo Verde do Clima (10), em muitos países em desenvolvimento foi identificada uma falta de dados observacionais confiáveis que contribuam para a construção de uma lógica (rationale) de adaptação na formulação de projetos, entendida como uma justificativa de por que um projeto de adaptação oferece soluções para os impactos adversos das mudanças climáticas —o que requer uma visão integral dos riscos identificados de acordo com as circunstâncias locais ou regionais. A seguir, são mencionados cinco atributos que visam ajudar a fortalecer o design de um projeto de adaptação que leve a resultados bem-sucedidos.

## Recomendações

De todos os atributos acima mencionados, são analisados os cinco considerados essenciais para o desenvolvimento dos projetos de adaptação, cuja abordagem potencializa as possibilidades de acesso a fundos multilaterais e, por sua vez, caso integrados à realidade local, garantem uma política climática coerente, sistêmica e integral. Para responder aos impactos climáticos —atuais e projetados— na Região ALC, evidencia-se a necessidade de fortalecer e potencializar a implementação de projetos de adaptação diante das mudanças climáticas. Os cinco atributos essenciais são os seguintes:

### 1. Avaliação consistente de ameaças, riscos e impactos climáticos

*Para o design das ações de um projeto de adaptação, é necessário partir de uma avaliação do risco climático que dê conta da probabilidade de ameaças climáticas, seus possíveis impactos e do grau de vulnerabilidade e exposição a que a população e o território estão expostos..*

A avaliação de riscos é essencial para priorizar ações e investimentos em projetos de adaptação e resiliência frente às mudanças climáticas. Isso faz com que as informações climáticas precisem ser consistentes. Atenção especial deverá ser dada às regiões dos Andes e do Caribe, onde é necessária uma alta resolução por causa de suas características topográficas específicas; portanto, ao avaliar os impactos territoriais e riscos, deverão ser considerados em primeiro lugar os modelos climáticos regionais, por cima dos globais.

Nesse âmbito, é essencial:

- ✓ Analisar eventos físicos relacionados ao clima e como a exposição a essas ameaças varia no território
- ✓ Avaliar tendências históricas e situação atual, bem como cenários futuros com base em evidências científicas com modelos apropriados
- ✓ Compreender o grau de vulnerabilidade social, uma vez que é um componente essencial para a configuração de riscos de desastres
- ✓ Territorializar riscos de acordo com o tipo de ameaça climática e o grau de vulnerabilidade do sistema
- ✓ A coprodução do conhecimento de risco: científico, local e tradicional; sua apropriação, entendimento e resolução são efetivas quando geradas entre todos os atores . É essencial reconhecer e incluir mulheres (7) e indígenas (14), pois representam considerações adicionais em termos de impactos e riscos diante das mudanças climáticas, cujas particularidades devem ser levadas em consideração no *design* de projetos de adaptação a tal fenômeno
- ✓ Priorizar ou se focar em ações de adaptação de ações de baixo arrependimento (low-regret actions), pois são consistentes na maioria dos cenários climáticos (15)

### 2. Interdependências e efeito cascata

*Os desafios das mudanças climáticas são imensos e interconectados: um projeto de adaptação não pode ser gerenciado independentemente dos outros (16).*

Existem inúmeras evidências sobre os vínculos existentes entre os ecossistemas, no nível de espécies, diversidade genética dentro das espécies e interações ecológicas, e os recursos hídricos, saúde e assentamentos humanos. Isso apoia a noção de que o planejamento da adaptação e as práticas são questões transversais em mais de uma área (17). Portanto, deve-se levar em consideração a alta interdependência entre sistemas, que contêm múltiplas conexões, caminhos de feedback e ramificações complexas (18).

<sup>5</sup> Governamental, acadêmica, da sociedade civil, de organizações do mundo do trabalho, de câmaras industriais, empresas, entre outros.

As mudanças climáticas causarão efeitos adversos em diferentes sistemas devido ao aumento na magnitude e frequência de eventos climáticos extremos. Evidencia-se o efeito cascata, ou seja, interrupções em um sistema causam impactos de segunda ordem no meio ambiente, na sociedade e na economia. Como exemplo, as interdependências do setor de energia e os riscos em cascata a partir de chuvas extremas são exemplificadas por: geração de interrupções nas operações de telecomunicações, cessação do bombeamento de tratamento e fornecimento de água potável e esgoto, interrupção de cadeias de armazenamento e processamento de alimentos, etc. Por sua vez, há consequências negativas no sistema econômico (perda de vendas), social (salubridade), ambiental (poluição da água), entre outros. Portanto, o desenvolvimento de um projeto de adaptação de um sistema específico deve considerar as múltiplas conexões que ele possui com outros sistemas.

Nesse âmbito, é essencial:

- ✓ Compreender o escopo das interdependências e as implicações das mudanças climáticas do(s) sistema(s) que compõe(m) um projeto de adaptação
- ✓ Envolver organizações de infraestrutura (públicas e privadas) e gerar ações coletivas desde o início do projeto de adaptação

### 3. Métricas de adaptação

*Abordar dois aspectos das métricas: a rastreabilidade do progresso na implementação de medidas e a avaliação dos resultados alcançados.*

Segundo o Fundo Verde do Clima (10), dada a complexidade da adaptação às mudanças climáticas, o desenvolvimento de indicadores que reflitam a diversidade de diferentes circunstâncias, para medir o impacto das atividades de adaptação, representa um desafio. O monitoramento das ações do projeto deve ser realizado por diferentes atores.

Nesse contexto, é essencial (10):

- ✓ Elaborar indicadores quantitativos e qualitativos que capturem o progresso alcançado, alinhando os objetivos de adaptação com objetivos locais ou regionais mais amplos
- ✓ Definir metas específicas de ações de adaptação com objetivos de curto, médio e longo prazo
- ✓ Avaliar o progresso da adaptação e sua atualização contínua no estágio de implementação do projeto; isso nos permite entender se está ocorrendo, de que maneira e o que seria necessário modificar
- ✓ Considerar os possíveis impactos com e sem adaptação (exemplo: número de pessoas afetadas, custo do prejuízo / investimento, dias de serviços perdidos)

### 4. Relação sistêmica entre medidas de mitigação e adaptação

*Geralmente, as estratégias de mitigação e adaptação são tratadas separadamente, uma vez que têm objetivos diferentes e operam em distintas escalas espaciais e temporais —a mitigação traz benefícios para as condições climáticas globais a longo prazo e a adaptação fornece benefícios em nível local, tanto a curto prazo quanto a longo prazo— (19).*

No entanto, há evidências das sinergias entre ambas —dos efeitos positivos ou negativos causados entre si— que devem ser consideradas no design e desenvolvimento de um projeto.

Nesse âmbito, é essencial:

- ✓ Analisar integralmente as ações de mitigação e adaptação para obter um entendimento sistêmico da evidência do diagnóstico sobre as medidas a serem consideradas
- ✓ Demonstrar que as ações de adaptação de um projeto não prejudicam aspectos no âmbito da mitigação
- ✓ Reconhecer que essas interações fazem parte da análise dos cobenefícios mais amplos associados (na área socioeconômica: segurança energética, criação de empregos verdes, saúde pública; na ambiental: proteção da biodiversidade, redução da poluição do ar, água e solo; no âmbito institucional: participação ampliada, cooperação local e regional; entre outros) tanto à mitigação quanto à adaptação

## 5. Gênero, povos indígenas e mudanças climáticas

*Vários estudos (7, 20-23) demonstram as vantagens e os desafios de integrar a dimensão de gênero e dos povos indígenas nos projetos de adaptação desde o início<sup>6</sup>.*

Nesse contexto, é importante desenvolver e usar informações e conhecimentos de todas as fontes, incluindo a coconstrução de fontes científicas tradicionais, locais e contemporâneas. Esses processos de coconstrução ajudam a empoderar as comunidades locais, promover o entendimento compartilhado dos problemas e fortalecer a capacidade das comunidades de implementar ações derivadas de projetos de adaptação. Os processos inclusivos são aqueles que envolvem todos os membros de uma comunidade. Portanto, para o design de um projeto de adaptação, é imperativo reconhecer as sensibilidades culturais e de gênero e garantir que todas essas informações sejam coletadas e validadas por meio de um processo sistemático. A inclusão de políticas de gênero e de indígenas em projetos climáticos é exigida em fundos multilaterais, tais como o GEF e GCF (siglas em inglês).

Nesse âmbito, é essencial para os dois grupos:

- ✓ Incorporar a abordagem de gênero e de povos indígenas desde os estágios iniciais de *design* de projetos de adaptação climática
- ✓ Adotar objetivos de participação plural e estabelecer metas que busquem transformar as relações de gênero desde o início do projeto, para que possam ser monitoradas e avaliadas adequadamente (20)

## Conclusão

A ALC enfrenta sérias ameaças climáticas, tanto hoje quanto no futuro. As projeções indicam que os fenômenos observados — como aumento da precipitação, intensificação de secas, aumento da recorrência e intensidade de eventos extremos — continuarão crescendo. As ações climáticas a serem realizadas hoje determinarão o caminho para o desenvolvimento sustentável que a Região percorrerá. O financiamento climático da adaptação é limitado e destinado principalmente a projetos de mitigação. Isso significa que as oportunidades para projetos de adaptação devem ser potencializadas.

Também foram mencionados os desafios de encontrar uma lógica de adaptação (*rationale*) que contemple uma base de informações consistente e confiável — útil para desenvolver uma visão integral dos impactos adversos das mudanças climáticas que o projeto procura abordar —, que priorize ações baseadas em uma análise multicritério — de acordo com as circunstâncias locais ou regionais e conforme com suas políticas climáticas — e que, finalmente, permita uma avaliação qualitativa e quantitativa dos resultados esperados do referido projeto.

De todos os atributos que compõem um projeto de adaptação às mudanças climáticas, cinco são reconhecidos, referentes às informações básicas (disponibilidade e acesso), à priorização de estratégias de adaptação, ao estabelecimento de metas claras com objetivos intermediários temporários, a uma visão holística entre as ações de mitigação e adaptação, juntamente com a inclusão da perspectiva de gênero e dos povos indígenas como agentes locais ativos de mudança. Todos esses constituem elementos-chave no momento de elaborar um projeto de adaptação.

<sup>6</sup> A importância de trabalhar com os povos indígenas em políticas e ações relativas às mudanças climáticas foi amplamente reconhecida pela Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC), incluído o Acordo de Cancun (decisão 1/CP.16).

## Referências

1. Magrin G. 2015. Adaptación al Cambio Climático en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, Chile: Naciones Unidas. CEPAL. Disponible em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39842/S1501318\\_es.pdf?sequence=1](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39842/S1501318_es.pdf?sequence=1)
2. Galindo L, Samaniego J, Alatorre J, Ferrer-Carbonell, J. 2014. Procesos de Adaptación al Cambio Climático. Análisis de América Latina. Santiago de Chile, Chile: CEPAL.
3. Bird N, Watson C, Schalatek L. 2017. Reseña Regional sobre Financiamiento para el Clima: América Latina. Climate Funds Update. Disponible em: <http://www.climatefundsupdate.org>
4. Vergara W, Rios A, Galindo L, Gutman P, Isbell P, Suding P. 2015. El Desafío climático y de Desarrollo en América Latina y Caribe. BID. CEPAL. WWF. Disponible em: <https://publications.iadb.org>
5. Spencera B, Lawler J, Lowed C, Thompsone L, Hinckley T, Kimc S. 2017. Case studies in co-benefits approaches to climate change mitigation and adaptation. Journal of Environmental Planning and Management, Journal of Environmental Planning and Management.; 60 (4): 647-667.
6. IPCC. 2001. Tercer Informe de Evaluación (TAR). Cambio Climático. Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático de las Naciones Unidas.
7. PNUD. 2008. Género y Cambio Climático. Disponible em: <https://www.undp.org/content/undp/es/home/librarypage/environment-energy/resource-guide-on-gender-and-climate-change-in-latin-america-.html>
8. Green Climate Fund. 2018. Readiness and Preparatory Support Guidebook.
9. C40. Sistema de Planificación de la Acción Climática. 2018. Disponible em: [https://cdn.locomotive.works/sites/5ab410c8a2f42204838f797e/content\\_entry5b3634f974782060ae954eec/5c7438187a995b0011204ded/files/CAP\\_Framework\\_Spanish.pdf?1551183044](https://cdn.locomotive.works/sites/5ab410c8a2f42204838f797e/content_entry5b3634f974782060ae954eec/5c7438187a995b0011204ded/files/CAP_Framework_Spanish.pdf?1551183044)
10. Green Climate Fund. 2018. Approach and scope for providing support to adaptation activities. GCF/B.21/Inf.03
11. Adaptation Fund Board. 2019. Operational Policies and Guidelines for Parties to Access Resources from the Adaptation Fund. Annex 1, Strategic Priorities, Policies, and Guidelines of the Adaptation Fund Adopted by the CMP.
12. Adaptation Fund Board. 2017. Operational Policies and Guidelines for Parties to Access Resources from the Adaptation Fund, parr. 10.
13. Green Climate Fund. 2018. "Review of the initial proposal approval process" en GCF/B.21/Inf.03 titulado "Approach and scope for providing support to adaptation activities". GCF/B.17/18.
14. IPCC. 2014. Quinto Informe de Evaluación (AR5) del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático de las Naciones Unidas.
15. World Bank. 2010 International Bank for Reconstruction and Development (IBRD). Selective capital increase (English). Washington, DC: World Bank. Disponible em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/620371468329339707/International-Bank-for-Reconstruction-and-Development-IBRD-2010-selective-capital-increase>
16. C40; AECOM. 2017. Infrastructure Interdependencies + Climate Risks Report. Disponible em: [https://unfccc.int/sites/default/files/report\\_c40\\_interdependencies\\_.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/report_c40_interdependencies_.pdf)
17. CMNUCC. 2015. Buenas prácticas y lecciones aprendidas en los procesos de planificación de la adaptación relativos a los ecosistemas, los asentamientos humanos, los recursos hídricos y la salud y en los procesos y estructuras para vincular la planificación de la adaptación a nivel nacional y local: síntesis de los estudios monográficos. FCCC/SBSTA/2015/4. Disponible em: <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2015/sbsta/spa/04s.pdf>
18. Rinaldi S, Peerenboom J, Kelly T. 2001 Identifying, understanding, and analyzing critical infrastructure interdependencies. IEEE Control Systems. 2001; 21(6): 11-25.
19. Swart R, Raes F. 2007. Making integration of adaptation and mitigation work: Mainstreaming into sustainable development policies? Climate Policy. 2007; 7(4): 288-303.
20. Kratzer S, LeMasson, V. CDKN. 2016. 10 things to know: Gender equality and achieving climate goals.
21. Ruiz Vilar A, Mastellaro C. Ciudades Sostenibles. Urban 20: Una plataforma para incorporar género y cambio climático en la agenda urbana. BID. 2018.
22. ONU Mujeres. 2015. El progreso de las mujeres en el mundo 2015-2016. Transformar las economías para realizar los derechos.
23. OIT. 2018. Los pueblos indígenas y el cambio climático: De víctimas a agentes del cambio por medio del trabajo decente. Oficina Internacional del Trabajo, Servicio de Género, Igualdad y Diversidad. Ginebra.

Este documento faz parte do projeto LatinoAdapta: Fortaleciendo vínculos entre a ciência e os governos para o desenvolvimento de políticas públicas na América Latina, executado pela Rede Regional para Mudanças Climáticas e Tomada de Decisões - Programa UNITWIN da UNESCO, liderado pela Fundação AVINA e financiado pelo International Development Research Centre (IDRC) do Canadá. O projeto foi implementado em seis países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Paraguai e Uruguai.

A Rede Regional de Mudanças Climáticas e Tomada de Decisão ou qualquer pessoa agindo em seu nome não são responsáveis pelo uso que possa ser feito das informações contidas nesta publicação. As opiniões expressas neste estudo são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente os pontos de vista da Rede Regional sobre Mudanças Climáticas e Tomada de Decisões. As opiniões expressas neste documento são da exclusiva responsabilidade do autor e podem não coincidir com as da rede acima mencionada.



Atributos essenciais dos projetos de adaptação às mudanças climáticas de Yáñez, F. 2019. Red Regional de Cambio Climático y Toma de Decisiones is licensed under a Creative Commons Reconhecimento -Não Comercial 4.0 Internacional License.

## AUTOR

**Florencia Yáñez**

Mestrado em Estudos Internacionais (Universidade Torcuato di Tella). Responsável pela cátedra "Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável" da Licenciatura em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Metropolitana de (UMET) Gestão do Trabalho e Educação. Consultor do Programa Cidades - Centro de Implementação de Políticas Públicas para Equidade e Crescimento (CIPPEC). floryanez@gmail.com

## TRADUCTORA

**María Noel Melgar**

## CORRETOR DE ESTILO

**Felipe Fossati**

## DISEÑO GRÁFICO

*Hola*

hola@holaestudiocreativo.com

## REVISORES

**Paula Ellinger**

**Enrique Maurtua Konstantinidis**

## EDIÇÃO GERAL

**Paula Bianchi**

Policy Brief 2019

LIDERA



COORDENA



FINANCIA

